



Jornal Oficial do município de Passagem-PB

ÓRGÃO OFICIAL DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

Criado pela Lei n.º 012/1990, de 17 de agosto de 1990 **Passagem-PB, segunda-feira 16 de dezembro de 2013** Tiragem: 50 exemplares

Leis

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM
ESTADO DA PARAÍBA**
CNPJ n.º. 08.876.104/0001-76

LEI Nº. 327 de 13 de dezembro de 2013.

Altera o nome da Rua São José, localizada no Distrito de Café do vento para a Rua Gaudêncio Rafael e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o nome da Rua São José, localizada no Distrito de Café do Vento, para Rua Gaudêncio Rafael, com fulcro nos artigos 55 e 56, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal providenciará o imediato conhecimento das alterações de que trata esta Lei, aos órgãos competentes, em especial à Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A., CAGEPA – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 3º - O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, determinará ao setor da administração pública apropriado, a fixação de placas na respectiva rua.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei decorrerão por conta do Orçamento e que se necessário será suplementado.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.


Magno Silva Martins
Prefeito Constitucional

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM
ESTADO DA PARAÍBA**
CNPJ n.º. 08.876.104/0001-76

LEI Nº. 328 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Aprova o PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Passagem - PB e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta lei aprova e institui o PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Passagem.

Parágrafo único. Os objetivos gerais do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Passagem consistem:

a) Consolidar a Política Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social, através da implementação de seus objetivos;

b) Articular a Política Municipal de Habitação de Interesse Social ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

Art. 2º. O PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social é regido pelos seguintes princípios que fundamentam:

I - Direito universal à moradia digna, enquanto direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira de 1988 e no Estatuto da Cidade, o direito à moradia deve ser destaque na elaboração dos planos, programas e ações e a moradia digna deve ser entendida

como direito e vetor de inclusão social, com propósito de garantir ao morador um padrão mínimo de habitabilidade, infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;

II - Função social da cidade e da propriedade em conformidade com o art. 182 da Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e a Lei Federal 11.124/2005 - SNHIS;

III - Compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual e municipal, particularmente com as políticas de desenvolvimento urbano, ambientais, de mobilidade urbana e de inclusão social;

IV - Questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão de moradia e na regularização de assentamentos precários;

V - Gestão democrática da política habitacional com a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, possibilitando controle social e transparência nas decisões;

VI - Articulação das ações de habitação à política urbana considerado de modo integrado às demais políticas setoriais e ambientais.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DIRETRIZES SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Art. 3º. Os objetivos específicos do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passagem são:

I - Atender as necessidades habitacionais da população de menor renda, com a construção de novas unidades habitacionais, promovendo a democratização do acesso a terra urbanizada, à moradia digna e aos serviços públicos de qualidade, ampliando a oferta de habitações e melhorando suas condições de habitabilidade, priorizando as famílias cuja renda seja igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos e carente de moradia;

II - Reverter o processo de segregação sócio espacial na cidade, por intermédio da oferta de áreas, do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda;

III - Buscar soluções junto ao cartório de Registro de Imóveis para os problemas relativos à aprovação e registro dos parcelamentos e dos lotes resultantes dos processos de urbanização;

IV - Desenvolver ações visando à solução de pendências contratuais e de regularização de registros imobiliários, relacionados à produção habitacional já realizada;

V - Realizar revisão orçamentária anual objetivando averiguar melhor apropriação das despesas nos respectivos programas e ações do PPA – Plano Plurianual – viabilizando possibilidades de ampliação e/ou redistribuição de recursos próprios alocados para a área habitacional;

VI - Ampliar a capacidade tributária do município, tais como ISS – Imposto Sobre Serviços, IPTU - Imposto Sobre Propriedade Urbana, ITR – Imposto Territorial Rural e demais tributos de competência municipal;

VII - Instituir uma cultura organizacional voltada para a implantação de um processo contínuo de Planejamento estratégico e tático habitacional, incorporando de forma plena as demais áreas envolvidas nas diversas etapas de implementação de programas, projetos e ações, com revisões anuais, visando garantir a democratização do acesso a terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, de forma a ampliar a oferta de habitações e melhoria das condições de habitabilidade da população de baixa renda;

VIII - Registrar as atividades desenvolvidas em Relatório Circunstanciado a fim de prestar conta à Prefeitura e aos órgãos de Controle Interno e Externo quanto ao cumprimento das metas físicas previstas;

IX - Instituir e utilizar metodologias participativas para realização de diagnósticos seja em Projetos habitacionais, ambientais, sociais, ecológicos com a finalidade de incorporar e garantir a participação dos diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento dos mesmos;

X - Instituir planilhas de controle das informações habitacionais levantadas pelo município a fim de manter informações atualizadas sobre a situação habitacional tais como déficit quantitativo e qualitativo, adensamento excessivo, número de domicílios precários, loteamentos irregulares, assentamentos precários, entre outros;

XI - Instituir metodologias de acompanhamento das ações habitacionais alcançadas objetivando avaliar, monitorar e acompanhar a gestão habitacional e a implementação do PLHIS;

XII - Instituir instrumentos de avaliação de desempenho e indicadores de resultados (quantitativos e qualitativos) dos projetos voltados para o atendimento das necessidades habitacionais da população de menor renda, possibilitando, de forma transparente, o acompanhamento e o controle social;

XIII - Capacitar servidores do corpo técnico e administrativo das Secretarias envolvidas com a questão habitacional, desenvolvimento urbano e meio ambiente para realização de diagnósticos das necessidades habitacionais da população, entendidas a participação de membros das associações de moradores, ou por moradias, cooperativas habitacionais populares, representantes de legislativo municipal, entre outros, objetivando gerar multiplicadores da nova cultura organizacional voltada para o atendimento das necessidades da população;

XIV - Investir na qualificação técnica do trabalho de elaboração de projetos, de acompanhamento e assessoria técnica e de fiscalização da qualidade das obras e serviços contratados por meio de construção, alimentação, monitoramento e revisão de indicadores de desempenho;
 XV - Realizar pesquisas de avaliação popular contínua objetivando retorno da população;
 XVI - Articulação intermunicipal visando o tratamento integrado da questão habitacional, colocando em pauta o debate sobre habitação, cidade e região nos fóruns regionais.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES

Art. 4º. As diretrizes norteadoras deste PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passagem são:
 I - Priorizar planos, programas e projetos habitacionais municipais para a população de menor renda, articulados com a esfera Federal e Estadual;
 II - Promover e estimular a participação comunitária na elaboração das decisões que orientem o desenvolvimento populacional visando melhoria do nível de sua renda econômica;
 III - Criar programas e incentivos destinados a fortalecer a base econômica do município e melhorar os padrões de qualidade de vida da população oferecendo oportunidades para a geração de emprego e renda;
 IV - Utilizar prioritariamente terrenos de propriedade do Poder Público para implantação de projetos habitacionais de interesse social;
 V - Integrar as ações habitacionais com as demais políticas urbanas, de forma a garantir habitabilidade, ou seja, acesso a equipamentos sociais, infra-estrutura urbana e condições adequadas de mobilidade;
 VI - Incentivar à implementação de diversos institutos jurídicos de apoio à sociedade civil que regulamentem o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade e outros;
 VII - Estimular a participação de associações e cooperativas populares adotando critérios de acessibilidade universal para alcance de projetos de provisão de novas oportunidades habitacionais;
 VIII - Adquirir ou disponibilizar terras e imóveis para habitação de interesse social, utilizando os variados mecanismos existentes;
 IX - Adotar critérios de acessibilidade universal na elaboração de projetos habitacionais;
 X - Reservar e adequar parcela das unidades habitacionais produzidas para atender pessoas portadoras de necessidades especiais e as necessidades específicas da população feminina e infantil;
 XI - Constituir Sistema de Informações Habitacionais integrado a outros sistemas de informação e dados municipais, com as informações sobre a situação habitacional do município, o estoque de terras públicas disponíveis e aptas para habitação de interesse social constantemente, atualizadas;
 XII - Buscar soluções para os problemas relativos à aprovação e registro dos parcelamentos e dos lotes resultantes dos processos de urbanização junto aos Cartórios de Registro de Imóveis;
 XIII - Captar recursos junto a outras esferas de governo, bem como em outros agentes financeiros tais como CEF, BNDES para projetos habitacionais;
 XIV - Incentivar à pesquisa e incorporar desenvolvimento tecnológico e formas alternativas de produção habitacional, visando à melhoria da qualidade de habitação, assim como o custo acessível à população de menor renda;
 XV - Adotar mecanismos de acompanhamento e avaliação de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;
 XVI - Desenvolver tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para o princípio da preservação e valorização do meio ambiente criando mecanismos de incentivo ao desenvolvimento da consciência ecológica da população;
 XVII - Consolidar o Conselho Municipal de Habitação e fortalecer o Fundo Municipal de Habitação e demais instâncias de participação popular no setor, tais como as Conferências Municipais de Habitação e as Conferências da Cidade;
 XVIII - Articular juntamente com os demais municípios da região, a elaboração conjunta dos Planos Habitacionais promovendo sua integração regional com criação de políticas únicas de resolução da questão habitacional regional e articulação de ações integradas para o mesmo fim.

CAPÍTULO III DAS LINHAS PROGRAMÁTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES

Art. 5º. O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) estabelece as linhas programáticas divididas em Linhas Programáticas e de Atendimento (LPA), Programas (P) e Subprogramas (SP) e são divididas em:
 I - LPA 1 - Linha Programática e de Atendimento para Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais:
 a) P1A – Programa para Regularização Fundiária de Assentamentos Precários Urbanos;
 b) P2A – Programa para Regularização Fundiária de Assentamentos Informais.
 II - LPA 2 - Linha Programática e de Atendimento Produção e Aquisição da Habitação;
 III - LPA 3 - Linha Programática e de Atendimento Apoio e Melhoria da Unidade Habitacional:
 a) Programa P3A – Autopromoção Habitacional Assistida;
 1. Programa P3B - Oferta de Serviços de Assistência Técnica.
 IV - LPA 4 - Linha Programática e de Atendimento para o Desenvolvimento Institucional.

Art. 6º. A construção das linhas programáticas a serem adotadas pelo Município de Passagem para o planejamento habitacional social, baseou-se nos seguintes diagnósticos:
 I - Necessidades habitacionais mapeadas durante o Produto II - Diagnóstico Habitacional de Passagem;
 II - As linhas programáticas e programas do Plano Nacional de Habitação (PlanHab);
 III - As possibilidades de parcerias do Estado com a União e os Municípios traçados no Plano Plurianual 2009/2013, por meio dos Programas e Ações voltados para a Habitação Popular do Estado da Paraíba;
 IV - Os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Habitacional de Passagem estabelecidos neste Plano;

V - Os programas e ações voltados para resolução da questão habitacional descritos no PPA 2009/2013 do Município;
 VI - Práticas propriamente instituídas e em desenvolvimento pela Prefeitura de Passagem.

Art. 7º. A síntese das linhas programáticas fica estabelecida no Anexo I desta lei.

CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES NORMATIVAS E INSTITUCIONAIS E SUAS METAS PRIORITÁRIAS

Art. 8º. O PLHIS estabelece como condição normativa alguns critérios para a priorização de atendimento pelo Programa de Urbanização Integral:
 I - Situações de insalubridade e de risco;
 II - Ocupação em áreas de proteção ambiental (EX: APMs, APA);
 III - Recuperação ambiental e urbana do setor urbano ou micro-bacia;
 IV - Tempo de existência do assentamento;
 V - Aprovação da urbanização do assentamento no Orçamento Participativo;
 VI - Relação custo-benefício, considerando-se o custo da intervenção em relação ao número de famílias diretamente e indiretamente beneficiadas.
 VII - Nível de organização comunitária;
 VIII - Existência de fatores facilitadores da regularização fundiária;
 IX - Imposições jurídicas (existência de ações populares e/ou ações de reintegração de posse, existência de TAC – Termos de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público).

Art. 9º. A política Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social será implementada pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SHDU – que tem como atribuições, além de outras:
 I - Elaboração dos planos anuais e plurianuais para utilização dos recursos do Fundo, fixando as metas a serem alcançadas;
 II - Acompanhar e avaliar a execução dos programas e projetos, mediante trabalhos gerenciais semestrais, com a finalidade de proporcionar ao Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social e à Comissão Gestora do Fundo Municipal de Habitação Desenvolvimento Urbano de Interesse Social, os meios para aferir os resultados dos programas em andamento, nos seus diversos aspectos físicos, econômico-financeiros, técnicos, sociais e institucionais e sua vinculação às diretrizes e metas do governo Municipal;
 III - Submeter à apreciação do Conselho, juntamente com a Comissão Gestora, as contas do Fundo, ao menos uma vez ao ano.

CAPÍTULO V DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLHIS

Art. 10. O monitoramento e avaliação do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passagem será realizado de forma a desempenhar as seguintes atribuições:

I - Atualizar e sistematizar informações relativas ao diagnóstico local e às ações em habitação no município;
 II - Monitorar as variáveis que compõem os cenários, alterando-os conforme a conjuntura;
 III - Estabelecer um fluxograma de “alimentação” de informações das variáveis que compõem a política de habitação de interesse social, articulando os dados do conjunto dos órgãos e setores da municipalidade responsáveis pela implementação das ações em habitação;
 III - Articular com outros sistemas de indicadores, observatórios e setores responsáveis pela sistematização de informações existentes na municipalidade;
 IV - Buscar, junto a organismos externos à municipalidade responsáveis pelo fornecimento de informações e pela construção de d, tais como o IBGE, a FJP, padronização dos conceitos e dos indicadores utilizados.

Art. 11. Os momentos de avaliação e revisão do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social se dará:
 I - Anualmente: será elaborado um Trabalho de Monitoramento e Avaliação do PLHIS;
 II - A cada 4 (quatro) anos: elaboração de Trabalho Quadrienal de Monitoramento e Avaliação do PLHIS;
Parágrafo único. O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Passagem-PB, estabelece que os momentos de avaliação da Política e do PLHIS devem coincidir como o período de elaboração do Plano Plurianual, que se dá no primeiro ano de cada gestão de governo.

Art. 12. A periodicidade do acompanhamento da gestão e da prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social se dará:
 I - Semestralmente, por meio de um Trabalho de Gestão, preparado pela SHDU;
 II - Anualmente, por meio de um Trabalho de Prestação de Contas do Fundo para apresentação ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, elaborado pela SHDU e a Comissão Gestora do Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social.

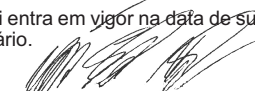
Art. 13. A síntese do Monitoramento, Avaliação e Revisão do PLHIS fica estabelecida no Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. As disposições desta lei não irão sobrepor aos programas habitacionais vigentes no Município de Passagem, se incompatíveis com o PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Art. 15. A gestão dos programas habitacionais, incluindo as ações de execução, monitoramento e fiscalização previstas no PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social é de responsabilidade da Secretaria de Cidades e Habitação – SecCidades.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.


MAGNO SILVA MARTINS
Prefeito Constitucional

ADMINISTRAÇÃO

MAGNO SILVA MARTINS
PREFEITO

GERALDO BASÍLIO DINIZ
VICE-PREFEITO